

Náufragos Políticos, Elementos para uma Psicologia do Conservadorismo

[Political Castaways, Elements for a Psychology of Conservatism]

Bruno Carvalho*

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir as relações entre psicologia e política que orientam a ação dos diferentes campos políticos. O ponto de partida será uma análise da proposta do cientista político Mark Lilla de considerar o “espírito reacionário” como uma posição estruturalmente ligada a um anti-progressismo, o que permite também, por contraste, discutir as posições progressistas. Essa análise se ancora na articulação entre política e temporalidade, entendida aqui como um dos elementos que esboçam uma psicologia do conservadorismo. E, com isso, ajuda a redescrever traços significativos dos dilemas políticos contemporâneos, oferecendo, por exemplo, uma distinção entre a posição reacionária e a conservadora, bem como traços definidores da visão de mundo do reacionário e, conseqüentemente, pistas para a compreensão da ascensão da extrema direita.

Palavras-chave: Política. Temporalidade. Conservadorismo. Reacionarismo.

Abstract: The aim of this article is to discuss the relations between psychology and politics that guide the action of the different political positions. The starting point will be an analysis of the proposal of the political scientist Mark Lilla to consider the "reactionary spirit" as a position structurally linked to an anti-progressivism, which allows also, by contrast, to discuss the progressive positions. This analysis is anchored in the articulation between politics and temporality, understood here as one of the elements that outline a psychology of conservatism. It helps to redescribe significant features of contemporary political dilemmas, offering, for example, a distinction between the reactionary and the conservative position, as well as defining features of the worldview of the reactionary and, consequently, clues to understanding the rise of the extreme right.

Keywords: Politics. Temporality. Conservatism. Reactionarism.

*Psicanalista, psicólogo, bacharel, mestre e doutorando em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista da FAPESP. E-mail: brunocarv@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6599-1111>.

O naufrágio do Titanic foi vivido como símbolo de uma catástrofe (cf. FOSTER, 1997). O evento de 1912 já foi lido como prenúncio da Guerra, como punição moral à *hybris* moderna – que engendra o mito de uma criação técnica sem falhas, neste caso, “inafundável” –, seja como for, sobressai a ideia de um colapso do modo de vida burguês, traçado pelo liberalismo e pela crença irresoluta no progresso técnico e moral sempre ascendente da humanidade; um sinal, em suma, do fim de tempos de otimismo e confiança nos rumos da humanidade.

Em 1978, o poeta alemão Hans Magnus Enzensberger publica o livro *O naufrágio do Titanic*, um poema longo escrito entre 1969, em Havana, e terminado em 1977, em Berlim. As datas e lugares importam. A primeira equivalia ao transcorrer de dez anos da Revolução Cubana; a outra, aos 16 anos da construção do muro de Berlim. Ambas, portanto, com distância temporal suficiente para alguma avaliação crítica das experiências que tentaram se contrapor precisamente à força titânica da burguesia liberal. Para o poeta, isso implica que o colapso não é, de fato, apenas do modo de vida burguês. A crítica se amplia e abarca as alternativas de esquerda ao liberalismo que se efetivaram, de maneira que nenhum dos lados da Guerra Fria representava grandes expectativas.

Não sabíamos que a festa aca-

bara havia muito e que todo o resto era assunto para diretores do Banco Mundial e os camaradas do serviço de segurança, exatamente como em nosso país e onde mais fosse (ENZENSBERGER, 2000, p. 19).

A revolução não realizara tudo a que se propôs, e, com isso, também o sentido de progresso que era mobilizado pela experiência socialista real é posto em xeque. Talvez a melhor síntese de sua experiência se encontre nestes versos:

Naquele tempo em Havana o reboco esfarelava das casas, um odor pútrido e imóvel sufocava o porto, o passado fenecia, exuberante, a carestia roía nostalgicamente, dia e noite, o Plano Decenal, e eu escrevia o *Naufrágio do Titanic*. Sapatos não havia, nem brinquedos, nem lâmpadas, nem calma, calma muito menos, e o boatos eram qual mosquitos. Naquele tempo todos pensávamos: amanhã será melhor, e se não for amanhã, então depois de amanhã. Está bem – talvez não necessariamente melhor, mas diferente, completamente diferente. Um sentimento maravilhoso. Eu me lembro. (ENZENSBERGER, 2000, p. 18).

A carência material que o planejamento econômico visava equacionar, o passado vivido, de fato, como ultrapassado e objeto de esquecimento diante de um futuro melhor ou ao menos diferente que se abrisse com o ainda recém-implantado regime, tudo isso compunha um sentimento cuja tônica era de expectativas quanto ao futuro.

É também sob o signo do *naufrágio* que Mark Lilla vai caracterizar “o espírito reacionário” em seu balanço sobre a política mundial já regida pela dita pós-verdade e pela dita nova direita mundial; lembremos que o governo Trump se inicia em 2017, ano seguinte à publicação do livro *A mente naufragada: sobre o espírito reacionário*. O termo escolhido pela tradução brasileira “espírito” – embora se distancie do original, onde consta apenas “*on political reaction*”, mais literalmente: sobre a reação política –, carrega um sentido um tanto psicologista, é verdade, mas não equivocado em se considerando a abordagem do livro que ostensivamente alega analisar a “mente” naufragada; posteriormente, voltaremos a esse aspecto com a indagação justamente acerca de qual sentido de psicologia estaria aqui presente.

O livro chama atenção à primeira vista por tentar caracterizar, ou definir melhor, aquilo que aparecia equivocadamente como mera nuance a distinguir as posições conservadoras e reaci-

onárias a ponto de frequentemente serem tratadas como sinônimas, a saber, certa concepção da história. Foi exatamente por isso, por fornecer uma melhor precisão terminológica para discernir os conservadores dos reacionários que o livro foi valorizado nas resenhas jornalísticas¹ quando do lançamento. Mas por que é tão necessário, especialmente agora, operar essa distinção mais fina? Uma explicação, bem parcial, mas que já oferece alguma pista, é o interesse no debate público, ao menos o brasileiro, dos “verdadeiros conservadores” – ou dos (neo)liberais – não serem identificados a figuras como Bolsonaro, Trump e Le Pen – esses, sim, verdadeiros “reacionários”. Mas o livro não se limita a essa distinção, ele também junta coisas normalmente separadas; e, nisso que ele aproxima, podem ser encontrados indícios acerca da posição política de nosso autor. A *Mente naufragada* descreverá não apenas os reacionários sem esperança quanto ao futuro, mas também certa posição de esquerda que padeceria de uma “nostalgia do futuro” (LILLA, 2018a, p. 92). Atalhando um pouco o argumento, uma maneira particular de conceber a temporalidade poderia surpreendentemente atribuir certo ar de família tanto à fração de pensadores e posições políticas de esquerda, quanto às parcelas da direita. Diante dessa equiparação, a primeira questão que surge é precisa-

¹Ao leitor muito curioso, refiro-me aqui a várias colunas de Coutinhos, Constantinos etc., por ex.

mente sobre a possibilidade de tal junção: a quem ela mais interessaria, que função ela cumpre?

Mas não nos antecipemos demais. Voltemos às impressões que provocam as primeiras páginas. Lilla começa justificando a originalidade de seu livro pela escassez de trabalhos que examinem o conceito de reação ou a posição política reacionária, isso ficaria ainda mais candente quando se comparasse com a pleora de trabalhos sobre a posição revolucionária. O reacionário seria “o derradeiro ‘outro’ relegado às margens da investigação intelectual respeitável” (LILLA, 2018a, p. 9). E a necessidade de se debruçar sobre a questão se faz ainda mais premente dada a atualidade e força social que esse ator social vem ocupando.

O espírito revolucionário que inspirou movimentos políticos em todo o mundo ao longo de dois séculos pode ter desaparecido, mas o espírito da reação que surgiu para enfrentá-lo sobrevive e está provando ser uma força histórica igualmente potente do Oriente Médio à classe média americana (cf. LILLA, 2018a, p. 9).

Nessa afirmação já se antecipam alguns pontos importantes. O termo “reacionário” tem sua fundamentação etimológica evocada, designa algo reativo, aquilo que reage justamente aos anseios e às conquistas do espírito revolucionário e, como se poderia esperar, a remissão aqui é à Revolução Francesa. Essa verve por transformação teria, todavia,

arrefecido; um diagnóstico passível de discussão, mas compreensível, afinal, desde a queda do Muro de Berlim, o modo de vida capitalista rumo à globalização e à financeirização, para muitos, sobretudo aos defensores do neoliberalismo e à esquerda progressista, passa a ser encarado como um dado inquestionável da natureza, e qualquer busca por vida fora dessa organização é vista como mera ingenuidade – basta lembrar do slogan de Thatcher: TINA (“*there is no alternative*”). Segundo Lilla, o espírito reacionário, por outro lado, sobrevive. Sobre isso caberia aqui a pergunta: com o arrefecimento da ideia revolucionária, o reacionarismo não teria perdido seu contraponto e deixado de ser reativo (sendo agora, no novo jargão, mais “pró-ativo”)? Se assim for, não tendo então mais contra o que reagir (e talvez apenas algo a ser mantido, conservado), faria sentido ainda predicar de reacionário a esse espírito?

Seja como for, segundo nosso autor, sim, pois eles não são revolucionários, socialistas, conservadores ou liberais reformistas. Detenhamo-nos na equação que nos é fornecida desses termos. Estruturando o livro, destacam-se o revolucionário e seu par, o reacionário. O primeiro é apresentado aludindo-se ao jacobino da Revolução e aos partidários da crença inevitável no movimento da história em direção à liberdade, igualdade e posteriormente à realização do comunismo. Pela falta de “entusiasmo” (LILLA, 2018a, p. 10) com o movi-

mento do rio da história, pela resistência à correnteza revolucionária era que, de sua parte, definia-se um reacionário.

A crítica à Revolução, contudo, não era apenas reacionária. Havia no século XIX, de um lado, os liberais reformistas (como Benjamin Constant, Madame de Staël e Tocqueville), para quem o Antigo Regime já era insustentável, mas os rumos da Revolução não eram inevitáveis – tendo evitado o Terror, “a promessa da Revolução ainda podia ser reabilitada” (LILLA, 2018a, p. 11). De outro lado, os conservadores – grupo do qual Lilla cita apenas Edmund Burke – rejeitam obviamente o radicalismo da Revolução, sobretudo o seu “mito histórico”: a concepção de história como uma força impessoal a nos conduzir. Este não seria mais que uma ideia falsa e perigosa por poder ser usada para legitimar crimes em nome do futuro; a história deveria ser lida então como algo imprevisível.

Lilla nos deixa nesse ponto da distinção entre liberais reformistas e conservadores; careceria, porém, extrair disso algumas consequências teóricas. Salvo engano, poderíamos depreender daí que a concepção de história dos liberais reformistas não seria, então, totalmente distinta da dos revolucionários, pois ambos acreditavam em uma racionalidade imanente aos processos histórico e que tinha um rumo claro inescapável, o progresso. A divergência principal residiria na forma como se posicionam na correnteza da histó-

ria, ou seja, no radicalismo do “entusiasmo” com que embarcavam no rio da história política: os liberais reformistas, com a prudência que faltaria aos revolucionários – uns celerados inconsequentes. Já em relação aos conservadores, haveria aí sim uma cisão. Para eles, a história não tem essa racionalidade própria, seu movimento é “lento e inconsciente”, um progresso que, se existe, é espasmódico: parcial ou provisório, mas sempre arbitrário. Os reacionários, por seu turno, que normalmente aparecem como irmãos dos conservadores, do ponto de vista de sua “imaginação histórica” (LILLA, 2018a, p. 11), acabam aproximando-se mais dos seus antípodas, os revolucionários. Sim, para os reacionários há história e há uma racionalidade nela, mas não, o movimento não é progressista; o significante central seria o da Queda ou Declínio – discute-se apenas sobre o momento do tropeço (a Revolução Francesa, a Grande Guerra, a Revolução sexual e a contra-cultura etc.). Conforme sintetiza Lilla: “as expectativas milenaristas de uma nova ordem social redentora e de seres humanos rejuvenescidos inspiram os revolucionários, os reacionários são obcecados pelo medo apocalíptico de entrar em uma nova era de escuridão” (LILLA, 2018a, p. 11).

Essa familiaridade subjacente aos antípodas é um dos argumentos mais reforçados ao longo do livro ao se sublinhar a orientação teológica da política dos milenaristas ou apocalípticos.

Ambos seriam então um tanto irracionais. Chega-se a descrevê-los como românticos no sentido de ingênuos (remetendo inclusive a Dom Quixote, por lutar por batalhas imaginárias), pois teriam tendências a idealizar a história, seja como um futuro alvissareiro de Redenção (o comunismo), seja como um passado de Glória (o tempo adâmico da monarquia), donde os primeiros figuram como “profetas do que poderia ser” e os segundos como “guardiões do que de fato aconteceu” (LILLA, 2018a, p. 12).

Joseph de Maistre, como contrarrevolucionário, foi um teórico da Revolução de 1789 como o fim de uma era de glória. Ele e seus herdeiros narram uma melodramática “história de terror” na qual o Antigo Regime foi corrompido pelos “eventos culturais e intelectuais que culminam no Iluminismo” (LILLA, 2018a, p. 11); Lilla não especifica, e os reacionários talvez não compreendam assim, mas deveríamos ler nesses eventos o racionalismo cientificista moderno cuja base material não é outra senão o capitalismo desde sua meninice, o mercantilismo. Uma compreensão travejada pela ideia de “traição das elites” (LILLA, 2018a, p. 12), dos intelectuais (escritores, funcionários públicos, jornalistas, professores) que passam a questionar, devido a certa permissividade dos governantes, as bases harmoniosas da sociedade onde todos sabiam seu lugar na ordem tradicional, mantida pela força do soberano e que deri-

vava, em última instância, de deus.

Lilla identifica nisso os traços definidores da mente naufragada: a perda de referências sociais estáveis e a consequente incapacidade de se orientar no tempo e no espaço. Trata-se de um naufrágio exatamente nessa correnteza metafórica do rio político da história progressista. Outra imagem análoga à recusa do fluxo da história e do progressismo a ele atrelado é a do “exilado do tempo”; e essa tem a vantagem de ressaltar a experiência alienada da temporalidade do presente como traço distintivo. Vale destacar que, sendo um nostálgico, o reacionário, nem por isso, é uma figura tradicional. Tal posição pode surgir apenas na Modernidade. É um lamento de reação às novidades do presente, com uma nostálgica idealização das ruínas do passado, mas que só aparece retrospectivamente.

A Revolução de 1789, contudo, não foi a única Queda. Um segundo golpe, e esse definitivo, é vivido pelo signo de um desespero mais generalizado, “o fim da civilização tal como conhecemos” (LILLA, 2018a, p. 15). Com o fim da Primeira Guerra, não são apenas os grandes impérios europeus que naufragam definitivamente, mas também o modo de vida liberal ancorado na racionalidade técnica sofre abalos significativos. Não é, portanto, um total desvario Oswald Spengler apresentar como “filosofia de nossa época, filosofia pressentida de certo modo natural por todos” (SPENGLER, 1959, p. XV)

sua obra magna *A Decadência do Ocidente* (1918/22), cujo primeiro tomo já estava pronto, embora ainda não publicado, nas vésperas da Guerra. Esse talvez seja o livro que mais condensa um certo espírito de época pessimista na reposta reacionária como canto do cisne da *Belle Époque*². Ao ciclo biológico da vida, com suas fases de infância, maturidade e velhice, a decadência, Spengler aproxima o desenvolvimento das Culturas e Civilizações. Nessa concepção vitalista, a história é vista como um ciclo, cuja morte previsível, profetiza também a decadência de um modo de vida, especificamente o do Ocidente; restaria apenas identificar os sinais do declínio corretamente – uma arte do vaticínio retrospectivo, passatempo predileto dos reacionários.

É essa atmosfera de crise generalizada que o naufrágio do Titanic, imagem da qual partimos, antecipa e sintetiza. Diferentemente da posição do reacionarismo de figuras como Joseph de Maistre, cuja contraposição é à Revolução Francesa, aqui o naufrágio é da cultura burguesa em geral: tanto os grandes Impérios Ocidentais (em especial o do imperador Francisco José I da Áustria), como o modo de vida burguês têm seu limite antevisto e exposto no naufrágio do Titanic e, posteriormente, consumado na Primeira Guerra.

A tipologia de Lilla dos espíritos políticos se complexifica ainda mais – e aqui reside um dos pontos mais discutíveis e, por isso, interessante para refletirmos acerca dos limites do ponto de vista de nosso autor. É preciso não ignorar e, pelo contrário, sublinhar a estranheza que causa um livro que busca analisar o “espírito reacionário” e, ao mesmo tempo, dedica um de seus capítulos para avaliar uma fração da esquerda francesa; como não se espantar com o curto-circuito que provoca a subsunção da esquerda sob a rubrica “reacionário”? Há então uma parcela da esquerda que seria equivocado compreender como revolucionária ou liberal, seria antes reacionária, pois, segundo Lilla, não sonha com um futuro de redenção, mas padece do mesmo *pathos* nostálgico dos reacionários. Ressalte-se a conclusão: por sofrer de uma “nostalgia do futuro” (LILLA, 2018a, p. 92), seria possível compreender uma fração da esquerda como reacionária. Os quixotescos reacionários e uma certa esquerda denominada de “marginal” partilhariam então dos mesmos paradigmas políticos “declinistas”:

Desde a década de 1950, [a literatura declinista herdeira de Spengler] tem sido uma literatura popular e crescente na di-

²É preciso acrescentar que o fascínio que seu pessimismo provocou não durou muito. Segundo Adorno, “Spengler foi esquecido com a rapidez da catástrofe, em direção à qual, segundo sua própria teoria, caminhava a história do mundo” (ADORNO, 1995b, p. 43), e tal esquecimento, porém, serviu para impedir uma sóbria apreciação de sua obra, “o Spengler esquecido se vingou com a ameaça de estar certo” (ADORNO, 1995b, p. 44).

reita europeia e americana. Mas seus clichês também podem ser encontrados na esquerda marginal, na qual ecologistas apocalípticos, antiglobalistas³ e militantes contra o crescimento cerraram fileiras com os reacionários do século XXI. Numa narrativa menos conhecida, traços de mitificação histórica de Spengler também aparecem nos escritos de islamistas políticos radicais (LILLA, 2018a, p. 15).

Diante disso, devemos nos perguntar: qual o ponto de vista que permite tal junção? Que posição política fica excluída disso que talvez se poderia chamar de um *sistema da nostalgia* que uniria frações da direita e da esquerda?

Ressalte-se, ademais, que Lilla não desenvolve esse argumento.

Deixemos, porém, essa questão em suspenso para seguir um pouco mais o movimento do livro e descobriremos quem encarna essa fração da esquerda francesa que Lilla considera reacionária pela forma como trabalha a temporalidade. Encontraremos um capítulo, “De Mao a São Paulo”⁴, no qual ele toma Alian Badiou como representante dessa esquerda francesa marginal e, no capítulo seguinte, “Paris, janeiro de 2015”, sobre o islamismo político na França, ele analisa atos de terrorismo como o atentado contra Charlie Hebdo, por exemplo, e a literatura de Houellebecq. Todavia, acerca dos ecologistas apocalípticos, dos “antiglobalistas” e dos “militantes contra o crescimento”

³O tradutor de Lilla aqui assume o termo estranho ao português “globalista”, que os arautos da nova direita já importaram dos Estados Unidos; pelo contexto, infere-se que se trata de críticos da globalização, para os quais no Brasil já se falava, há tempos, “críticos da antiglobalização”. Quanto aos “militantes contra o crescimento”, compreende-se os diversos críticos e militantes do clima que se contrapõem à maneira como se pensa o desenvolvimento econômico (eminentemente destruidor da natureza), há, por exemplo, os denominados ativistas e teóricos do “decrecimento”.

⁴O uso da epígrafe de Adorno neste capítulo mereceria um comentário mais detalhado, contudo, para não nos desviarmos demais, fiquemos apenas com esta nota. Não é tão difícil rastrear a referência de Lilla à *Minima Moralia*. Eis o trecho extraído do conjunto de aforismos intitulado “Monogramas”, mas na tradução brasileira de Luis Bicca: “Entre as tarefas diante das quais o pensamento se vê colocado, não é a última pôr todos os argumentos reacionários contra a cultura ocidental a serviço do esclarecimento progressista” (ADORNO, 1993, p. 168) [*Nicht die letzte der Aufgaben, vor welche Denken sich gestellt sieht, ist es, alle reaktionären Argumente gegen die abendländische Kultur in den Dienst der fortschreitenden Aufklärung zu stellen.* (ADORNO, Gesammelte Schriften, Band 4, S. 218)]. Senão vejamos, considerando o contexto em que essa citação se insere no livro de Lilla, caberiam duas hipóteses: 1) seria Theodor Adorno mais um desses teóricos de marginais da esquerda acadêmica a integrar esse sistema de nostalgia? Afinal, como autor da epígrafe do capítulo que abordará essa perigosa facção, ele também poderia estar incluído no conjunto, apesar de suas intenções serem algum tipo de resgate do “esclarecimento progressista”. Todavia, se realiza a tarefa desse fortalecimento do Esclarecimento assumindo que se mobilizam os “argumentos dos reacionários”, talvez, aos olhos de Lilla, tal postura fosse um flerte demasiado promíscuo com o reacionarismo – algo que, em alguma medida, se afirma acerca de Badiou, como veremos a seguir –; ele seria, então uma outra faceta do reacionarismo de esquerda, pois também refém de uma temporalidade nostálgica ao pensar política. Ou ainda, 2) haveria uma intenção irônica na citação, e Adorno funcionaria como um crítico da esquerda contra a própria esquerda, contra a fração dessa “esquerda francesa marginal”? Em sendo assim, ele se aproximaria de Lilla como um defensor do “esclarecimento progressista”. O que seria um tanto improvável quando compreendermos o sentido mais profundo de “progressista” para Lilla – o que se espera vilumbrar ao final deste texto – e ainda mais descabido quando investigamos o sentido desse resgate do conceito de progresso em Adorno. Para verificar a dupla incompreensão de Lilla pressuposta nas duas hipóteses, remeto o leitor ao ensaio de Adorno intitulado precisamente “Progresso” (ADORNO, 1995a) e, para um comentário mais recente da questão: “Notas sobre o progresso em Adorno (ainda)”. (SOCHA, 2021). Além disso, para um estudo de caso concreto de como Adorno pôde realizar essa tarefa de reverter os argumentos reacionários contra a cultura ocidental fazendo-os funcionar a favor do Esclarecimento, ver o ensaio já mencionado na nota sobre a recepção de Spengler (ADORNO, 1995b).

não lemos no livro mais nenhuma palavra. Entretanto sabemos que, no esquema de Lilla, esse conjunto bem heteróclito de atores políticos é irmanado aos reacionários, que herdariam uma compreensão declinista de matriz spengleriana lastreada em uma concepção de história particular, a da mente naufragada: “onde os outros veem o rio do tempo fluindo como sempre fluiu, o reacionário enxerga os destroços do paraíso passando à deriva” (LILLA, 2018a, p. 12). Trata-se, portanto, de uma organização psíquica estruturada pelo *desespero* devido à perda histórica de um modo de vida.

Antes de especularmos sobre o que permite nosso autor abarcar a todos esses nessa espécie de confraria quixotesca da nostalgia, acompanhemos, ainda que brevemente, a estrutura do livro. Ele se divide em três partes. A primeira, “Pensadores”, versa sobre três grandes nomes do reacionarismo do século XX e seus campos prioritários de produção: Franz Rosenzweig e a teologia, Eric Voegelin e teoria da história, Leo Strauss e sua reflexão política. É preciso reconhecer e destacar que aqui, mais especialmente na parte sobre os intelectuais, reside o maior mérito do livro: uma introdução sinóptica a autores relevantes do reacionarismo contemporâneo, um panorama com base no qual se descrevem os traços gerais das concepções conceituais desses autores. O segundo momento aborda as “Correntes”, o neoconservadorismo dos Es-

tados Unidos e a política de parcela da esquerda universitária francesa. A terceira parte discute os “Eventos”, atentados terroristas e a disseminação do islamismo político na França.

Rosenzweig buscava em sua obra revitalizar o pensamento e a prática da religião judaica. A nostalgia de Rosenzweig tinha muitas nuances. Ele não desejava a volta do judaísmo à ortodoxia pré-moderna. Seu pressuposto era que o judaísmo não encontra seu lugar na sociedade moderna europeia por ter se reformulado pelos conceitos de progresso de matrizes cristãs. Contrário a isso, ele apresentava uma concepção avessa à história e que capturasse a vital essência transcendente do judaísmo.

Voegelin, de sua parte, em sua vasta obra sobre religião e política, diagnostica o antigo gnosticismo religioso como a força que conduziu o Ocidente para o declínio. Strauss, por sua vez, apresenta uma construção da história da filosofia tendo como eixo a política. Discerne em Maquiavel o responsável pela cisão histórica da passagem da concepção de política aristotélica da contemplação e prudência para uma outra mais pragmática, na qual a ação política visava o controle da natureza. Tanto Voegelin quanto Strauss são apresentados como um par ao se construírem como pilares do neoconservadorismo dos Estados Unidos.

Eles formariam, assim, o elo teórico para compreender a retórica nostálgica da direita estadunidense. Trata-se no-

vamente de uma idealização do passado, conta-se obviamente a história de uma “América perdida” (LILLA, 2018a, p. 16) que se enfraqueceria com a penetração das ideias europeias. Nesse “teocconservadorismo”, convergem católicos tradicionais, protestantes evangélicos e judeus neo-ortodoxos, que, apesar das diferenças doutrinárias, concordam em uma condenação cultural da América e de sua decadência. Os responsáveis seriam os movimentos reformistas e o núcleo do descontentamento reside nos anos 60 (tendo como síntese os movimentos da contracultura), lidos como a década da ruptura na história política e religiosa dos Estados Unidos.

O outro movimento analisado é a extrema esquerda acadêmica francesa, que também operaria com a imbricação entre política e religião, mas aqui obviamente o tempo idealizado é outro, o dos revolucionários. Tal leitura, para Lilla, padece também do problema de idealizar as práticas totalitárias dos regimes de Lenin e Mao. Em uma leitura particular do Evangelho, Badiou encontra no apóstolo Paulo um defensor do universalismo que “perturba o regime anterior” e, por isso, teria força revolucionária.

Na terceira parte, são analisados como partidários dessa mesma teologia política nostálgica o islamismo político que realiza atentados terroristas. Mas os acadêmicos franceses e os muçulmanos poderiam, aos olhos de Lilla, ser aproximados também pelo culto e prá-

tica da violência. Seriam duas formas políticas de reação, é verdade, mas em ambas a violência é a via de expressão e solução na história de declínio da Europa.

De um lado, havia

a nostalgia dos assassinos, de baixo nível educacional, por um glorioso passado muçulmano imaginário que hoje inspira sonhos de um moderno califado de ambições globais. Por outro, a nostalgia de intelectuais franceses que viam no crime uma confirmação de sua visão fatalista sobre o declínio da França e a incapacidade da Europa de se afirmar diante de um desastre civilizatório (LILLA, 2018a, p. 17-8).

Cabe destacar dessa síntese dos movimentos do livro o eixo a estruturar a construção de nosso autor. É por encontrar um profundo entrosamento de política e religião que se unificam algumas concepções de direita e de esquerda, “o que eles tem em comum é o fascínio pela teologia política” (LILLA, 2018a, p. 17). Embora Lilla se refira nessa frase apenas aos movimentos mencionados logo acima, sobre isso é possível fazer uma generalização. Nosso autor parece mesmo resistir a essa mistura cujos resultados seriam perniciosos. Sua concepção de política, com efeito, é outra e ele apenas a explicita quando busca

se contrapor às posições da esquerda próximas de Badiou. Segundo ele, a herança do jurista nazista guardaria muita semelhança com as posições políticas dessa esquerda acadêmica francesa.

A reabilitação de Schmitt foi a seguinte: sua deslavada defesa da distinção amigo-inimigo como essência do ‘político’ ajudou a resgatar a convicção de que a política é luta, e não deliberação, consulta e acordo. (...) Não uma revolução saída das forças da história, ou do trabalho de argumentação e organização. Mas uma revolução que chega quando menos se espera, como um ladrão à noite ((LILLA, 2018a, p. 93).

Atentemos aos pares de opostos aqui apresentados. A concepção de política como luta é contraposta àquela ancorada na deliberação, consulta e acordo. (Aos olhos de quem é possível, ainda em 2016, pensar a política sob a ótica da racionalidade comunicativa, para evocar os termos de Habermas? Será ainda possível crer em tal profissão de fé no consenso democrático depois do fracasso das democracias liberais lidarem com as desigualdades extremas da financeirização explicitadas na crise de 2008? É preciso ainda ter muita fé nas instituições democráticas para nem sequer hesitar nessas afirmações.). A ideia de uma revolução que realmente

transforme as bases da sociedade é caricaturada pela ideia de um assalto, um “ladrão que à noite” espreita e toma o poder. Eis um traço fundamental da fantasia do burguês – esse personagem já tão combatido, mas que, ao menos no discurso, às vezes, ainda se faz presente –, o medo quase sempre irreal, às vezes mesmo alucinado, da invasão e usurpação da propriedade. O objetivo aqui é ironizar a concepção de revolução como algo que irrompe abruptamente, é defender que, afinal, os partidários dessa ideia não compreenderiam o trabalho duro da política diária da gestão nos cargos institucionais que se organizam pelo “trabalho de argumentação”. Mas, com isso, nosso autor explicita sua posição. Dessa razoabilidade argumentativa, pode-se depreender que ele, se não cerra fileiras com aquilo que descreve como a quixotesca esquerda reacionária (Badiou), também não quer ser contabilizado entre os imprudentes revolucionários mais tradicionais, que no seu esquema surgem como progressistas, mas não se inclui igualmente entre os reacionários de direita, que idealizam um mundo tradicional e evitam a correnteza do progressismo. Ele seria então, podemos deduzir por exclusão, um progressista. Mas de que tipo?

O livro foi escrito na tensa atmosfera política da eleição de Trump, buscava-se honestamente um diagnóstico acerca dos valores políticos que balizam esse momento. Seria o caso de se perguntar: ele continuaria a sustentar tal po-

sição depois da eleição? Sim, a resposta não tardou, e confirma nossa hipótese. Em *O progressista de ontem e o de amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias*, seu livro seguinte, de 2017, ele mesmo se descreve da seguinte maneira, que qualifica o tipo de progressismo que se filia: “escrevo na condição de um liberal americano frustrado” (LILLA, 2018b, p. 12). Nesse livro, admite-se que o liberalismo americano está em uma crise cujos maiores artífices são a esquerda liberal identitária e o conservadorismo reaganista individualista (novamente a esquerda e o conservadorismo se irmanam no assalto!). Mesmo assim, apresenta-se uma solução que parece não considerar o próprio diagnóstico: um “liberalismo cívico” estruturado na política como gestão política participativa. Por outro lado, descreve-se como inefetivos os movimentos sociais que buscam construir uma pauta e reivindicações próprias; todos são vistos como identitários, isto é, preocupados com seu próprio “eu”, e avessos à disputa na esfera pública por cargos nas instituições democráticas – o dilema se estrutura entre os “manifestantes e o prefeito”. A esse liberalismo identitário, alvo principal desse livro, nosso frustrado autor adverte: “a política democrática é persuasão, não auto-expressão” (LILLA, 2018b, p. 94). Não podemos mais ficar presos à “olimpíada da vitimização” (LILLA, 2018b, p. 55), na qual competem os indivíduos fasci-

nados com seus próprios sofrimentos, que se organizam em demandas de reconhecimento e reparação perante o Estado.

Deve-se reconhecer, Lilla consegue oferecer um bom panorama dos conflitos políticos de nossa época descrevendo muitos dos impasses das diferentes concepções teóricas e políticas de seus adversários políticos. Ele diagnostica com precisão a difusão de uma concepção de política erigida no afeto político da nostalgia; pois, como vimos, na política subjaz uma concepção de história. Contudo, é preciso também detalhar melhor o ponto de vista a partir do qual esse olhar sinóptico da política é possível. “O liberalismo americano no século XXI está em crise: uma crise de imaginação e ambição de nossa parte, uma crise de adesão e confiança da parte do grande público” (LILLA, 2018b, p. 11). Essa crise de imaginação seria resolvida com mais apostas na administração pública democrática e na construção de um “liberalismo cívico” no qual os indivíduos vissem sentido em participar da vida política institucional, propriamente como cidadãos. O nó político dessa crise, seu entrave, ou ainda, a “parte do grande público” que já perdeu “confiança” e não “adere” mais, não nos é, contudo, analisado e esclarecido. Ficamos sem saber infelizmente por quais motivos o tal “grande público” não aposta mais nessa via. Por que a idealização do passado (a crermos no esquema de Lilla), tanto à esquerda

quanto à direita, pode ser muito mais sedutora para parcela significativa da população? Isso ele também não se pergunta e deveria nos provocar a seguinte hipótese. O poder da ilusão nostálgica não satisfaria verdadeiramente alguns dos anseios mais profundos de nossa época? Uma boa pista reside talvez na possibilidade mesma de ser denominada de “público” esse sujeito que não adere o modelo do “liberalismo cívico”.

Se nosso autor já se apresenta como “frustrado” e admite haver uma crise no próprio modelo que defende, não haveria igualmente um desespero nessa sua tentativa de fazer funcionar um modelo que oferece mostras sistemáticas de obsolescência? Nesse sentido, seria exagero considerá-lo também um naufrago?

Se estivermos corretos acerca da caracterização de seu ponto de vista, retomemos a metáfora do rio político para ver onde o encontramos no seu próprio esquema. Os reacionários recusam ver nesse movimento o progresso, mas não por ali não haver movimento, apenas por encontrarem ali um fluxo decrescente. Os revolucionários, porém, embarcam com o maior entusiasmo a favor da corrente da história. E há também aqueles que acreditam no fluxo sem, contudo, apostar que seja a via mais razoável dar liberdade a esse fluxo, ou seja, a essas forças da história, eis os progressistas liberais. Os conservadores, esses sim um tipo bem esquisito, ponderam acerca da existência dessa

correnteza e não entram no rio do progresso.

É sobre essa perspectiva que se aferra, a qualquer custo, à ideia de progresso metaforizado no rio e em sua inexorável correnteza que o esquema de Lilla se erige. Nele, a possibilidade de crítica ao progresso é lateral, reside nos conservadores sobre os quais ele quase nada nos conta, evocando apenas o nome de Burke. É preciso questionar se não haveria também uma impossibilidade de nosso autor compreender o antiprogressismo subjacente também em certas posições de esquerda. Talvez aqui aqueles apresentados no livro como reacionários, “a esquerda marginal, na qual ecologistas apocalípticos, antiglobalistas e militantes contra o crescimento” possam ser vistos noutro lugar desse mesmo esquema político por ele descrito. Ele conseguiu encontrar em Badiou um traço de nostalgia ao discutir as figuras de Paulo, Lenin e Mao, mas nada falou sobre os outros para os quais o progresso não é tão sedutor assim e não surge como alternativa inexorável que possa ser descrita na metáfora das correntezas do rio. É por isso, para Lilla, se fosse o caso de aproximá-los de alguém, talvez os encontremos com aqueles outros que não entraram no rio, os conservadores, por sua recusa de entrar nesse rio.

Nosso autor, todavia, entra ao lado dos razoáveis. E, talvez por isso mesmo, seja tão importante distinguir-se daqueles que reconhecem o movimento, mas

não concordam com seu rumo. Os anti-progressistas todos aparecem como seres estranhos, meio obtusos talvez, que negam o evidente. Os revolucionários progressistas, esses são radicais a serem domados. Mas os reacionários, por acreditarem no movimento do rio, mas o enxergarem com sinal trocado, talvez precisassem apenas de alguns óculos. Não sabemos se nosso autor apostaria na salvação deles, mas certamente esse é o tipo que mais o indigna, aquele que vê apenas decadência na história, idealizando um momento pregresso. Contudo, aqueles à esquerda que, sem sonhos retrospectivos, sem comungar da tão criticada nostalgia do passado, também não encontram razões de ver no fluxo do rio um movimento de progresso, esse conjunto não cabe bem no esquema de Lilla.

Seria leviano afirmar que seu esquema dos tipos políticos ancorado no progressismo naufraga, afinal ele abarca, com boa capacidade descritiva, as disputas políticas contemporâneas. Mas há esse viés. Talvez levá-lo em conta ajude a compreender os motivos da necessidade de discernir os reacionários dos conservadores com base nessa ótica da concepção de história e da posição política sobre o progresso.

Vejamos as coisas por outro prisma. Os mesmos autores subsumidos na categoria de reacionários são considerados por Roberto Romano sob a rubrica conceitual de conservadores. Joseph de Maistre figura como formalizador da

posição do subtipo do conservador contrarrevolucionário. De outro lado, estariam os conservadores tradicionalistas, aqui está incluído o mesmo Burke citado por Lilla. A categoria de reacionário não tem, portanto, o mesmo peso que para nosso frustrado autor. Por quê?

O que distinguiria os conservadores dos demais não é sua concepção de temporalidade, mas sua concepção propriamente política. Romano centra sua distinção no conceito de soberania e de governo da população.

O que é “conservador”? O medo de que a população estrague a festa do poder, destruindo a segurança, a propriedade, os vínculos da tradição, as inovações técnicas que só beneficiam alguns. Trata-se de conservar o social e o Estado, produto histórico como nos românticos, engenho técnico como em Hobbes, mas sempre no horizonte do pavor e do medo, da guerra, do soldado, da polícia, do carasco. Por isso a imagem do dilaceramento, junto com o medo da subversão da ordem, é onipresente nas falas conservadoras. Nelas acentua-se a harmonia como fim político, não importa o preço. Harmonia étnica, política, axiológica, econômica etc. Se tal concórdia implica em jogar nos porões da polícia

este ou aquele inocente, se ela disfarça ódios arraigados, tudo isto importa pouco (ROMANO, 1994, p. 29).

Nessa definição (advinda de alguém desprovido de simpatias revolucionárias), entra em cena um ator particularmente importante e bastante ausente nas considerações de Lilla: a população. O povo (não o “grande público” de Lilla) aparece aqui como objeto de maior preocupação do conservador. Sua concepção de política visa sobretudo a coesão e manutenção do Estado, o poder político não deriva da persuasão, dos argumentos, mas da força; eis então a origem da soberania, em nada, aos olhos dos conservadores, derivada do povo:

O povo é existência fugaz que não possui estabilidade, logo, não garante nenhuma soberania. Sem esta última, não existe poder (Soberano é o que manda, lembremos desta definição dada por Donoso, estratégica nas doutrinas sobre a soberania no século 20, especialmente nas jurisprudências próximas ao nazismo), sem poder, desaparecem os vínculos sociais. Para o pensamento conservador, a soberania popular é o perigo e o grande vício do liberalismo e das Luzes democráticas (ROMANO, 1994, p. 26).

Desses que carentes de instrução, agindo até mesmo como irracionais, instáveis, sem tradição e história, ou seja, das massas – como mais contemporaneamente os conservadores denominam a população (e aqui nos aproximamos do “grande público de Lilla”) – não poderia derivar o poder político. Toda a tradição contratualista que compreende o poder emanando de uma renúncia dos indivíduos estaria errada, trata-se mesmo de uma imposição pela força daquele que tem poder para isso. A soberania popular surge então como um contrassenso, um pressuposto equivocado do liberalismo e do Iluminismo.

Lendo por essa outra perspectiva o conservadorismo, compreendemos que o esquema de Lilla, mesmo não sendo absolutamente equivocado, é refém de seus próprios pressupostos da razoabilidade burguesa: progressismo, liberalismo, iluminismo e democracia representativa; princípios esses questionados das mais diversas formas tanto pela esquerda radical quanto pelos conservadores. Talvez resida aí o rompimento do casco de seu navio, a causa de seu naufrágio. Como compreender a falta de “adesão e confiança” da população ao projeto liberal democrático de que ele se ressentia? Talvez porque, para parcela do “grande público”, a via liberal democrática tenha se tornado apenas outra roupagem da concepção conservadora de governar – hoje diríamos “gerir” – as demandas populares. Se

eles clamam por reconhecimento e reparação, talvez seja por sentirem as instâncias de poder por demais distantes, impenetráveis ou mesmo refratárias às suas reivindicações – por serem apenas o “respeitável público”⁵ do circo.

Exposto o movimento das marés que redundaram nesses diferentes modelos de naufrágio – aqueles que afundam pela resistência ou pela desconfiança do progresso, mas também aqueles que sequer reconhecem que naufragam etc. –, estamos talvez em terra mais firme para formular a pergunta indicada acima acerca do sentido do uso de termos psicológicos nos livros de Lilla. A referida “mente” dos reacionários é examinada pela ótica da temporalidade; como vimos, Lilla analisa a urdidura complexa entre teologia e política, ressaltando uma certa escatologia pressuposta nas diferentes posições políticas. Mas por que isso seria forma de descrever o “espírito” reacionário? Seria correto, mas insuficiente afirmar isso apenas por se tratar de uma análise dos afetos políticos, como a “nostalgia”, a “frustração”, o “desespero” dos conservadores, ou o “entusiasmo” dos progressistas ao nadar a favor da correnteza. O que há então de psicológico quando se enfoca a temporalidade?

Basta recorrer aos princípios fundamentais de um diagnóstico psicológico apresentado por qualquer manual que logo encontramos uma forma de compreender essa questão. Considerando os eixos estruturantes do que se convencionou chamar de Psicologia Geral⁶, destaca-se a função cognitiva da orientação. Ela se divide em dois subtipos: a autopsíquica (capacidade de autodescrição: nome, estado civil etc.) e a alopsíquica (capacidade de orientar-se no tempo e no espaço). Ressalte-se que essa função cognitiva da orientação é tão primária que serve de diagnóstico diferencial para muitas doenças neurológicas. E, para sublinhar ainda mais o caráter basilar dessa função cognitiva, evoquemos suas origens remotas na filosofia kantiana. Eis então que ressurtem na Psicologia – pela via da psiquiatria existencial de Karl Jaspers – os princípios kantianos do conhecimento *a priori* da estética transcendental, as ditas formas puras da intuição sensível: o tempo e o espaço. Elas, somadas à unidade sintética da apercepção, ou seja, à noção de um *Eu penso* que acompanha todas as minhas representações, perfazem precisamente o escopo ao qual a Orientação pretende discriminar. Em suma, a capacidade responder às per-

⁵Para ser justo com nosso autor, a sua proposta do “liberalismo cívico” gostaria justamente de retirar os cidadãos dessa condição de passividade. O que se busca salientar aqui é, contudo, que o simples fato dos cidadãos ou do povo ser denominado de “grande público” pode ser lido como sintoma. É como se um teórico político mais antigo buscasse retirar as pessoas da “massa”, sem deixa de integrar o sistema de pensamento conservador que vislumbra no povo uma alteridade absoluta ameaçadora.

⁶Trata-se da área da Psicologia que busca sistematizar os mais diversos temas e campos de estudo, os quais se costumam dividir em cinco eixos relativos às funções psíquicas: 1. Função de integração (consciência e atenção), 2. cognitivas (orientação, memória, juízo, crítica, pensamento e inteligência), 3. afetivo-conativas (afetividade, humor, conação, impulsividade), 4. aferência (senso-percepção) e 5. eferência (psicomotricidade).

guntas: “Que horas são?”, “Onde estou?” e “Quem sou eu?”.

Por esse motivo, é possível afirmar que, ao descrever a temporalidade subjacente dos sujeitos das mais diferentes posições no espectro político, encontramos nas entrelinhas, ainda que incipiente, elementos para uma psicologia política. Mas e quanto ao espaço? A orientação espacial seria justamente a lacuna no esquema de Lilla para a qual a contribuição de Romano – com a discussão acerca dos conceitos de Estado, soberania e povo – nos alerta. Afinal, a consideração acerca do seu próprio lugar, em algum momento, vai alcançar essas categorias políticas. E quando situamos também nossa própria identidade nesse espaço (perfazendo então as duas formas de Orientação, a auto e a alopsíquica), a trilha está aberta para compreensão de um sentido psicológico nessa reflexão política. A formação política conservadora – da qual nosso autor não se distancia totalmente – surge então como uma dificuldade nesta função psíquica da orientação. Uma disfunção social que tem lugar, como vimos, na sociedade que se transforma, com o sujeito perdendo suas referências dos lugares e papéis sociais.

Alguém então se compreende, por exemplo, como norte-americano, cidadão democrata (i.e., orientação autopsíquica – eu sou...), morador da cidade de Nova Iorque (i.e., orientação alopsí-

quica/espaço), em 2020 e crente na possibilidade de organizar racionalmente a sociedade e produzir um *mundo melhor* por meio de consensos políticos mediados pelas instituições (orientação alopsíquica/tempo), um sujeito assim, facilmente se distingue da ralé cuja vida tem seu horizonte de expectativas limitado ao presente da sobreviência diária e que não enxerga mais nas instituições as vias abertas para reconhecimento. Estabelece-se então uma cisão com contornos políticos; o que já se chamou pelo nome de luta de classes e, depois, pelo eufemismo de conflito social. De qualquer forma, alguém que se estrutura sobre o afeto do medo, mais precisamente, retomando os termos de Romano, um “medo de que a população estrague a festa do poder”, ou – para falar um jargão bem mais contemporâneo e que também mobiliza categorias psicológicas para pensar a política – alguém com uma sintomatologia fóbica, uma aporofobia⁷ (uma repulsa aos pobres).

Para finalizar, retomando Enzensberger, não é difícil imaginar que suas meditações poéticas talvez possam ser vistas como melancólicas, como um exemplo de nostalgia revolucionária etc. Mas ao menos compreendia que o naufrágio não se circunscrevia exclusivamente aos reacionários, seu desespero incluía tanto a recusa das ilusões burguesas quanto a elaboração do fracasso de ten-

⁷Neologismo cunhado do grego cunhado por Adela Cortina (CORTINA, 2020).

tativas concretas à esquerda. Não há então certa lucidez em sua nostalgia? Haveria o mesmo na posição de Lilla, que se cala sobre o povo e sobre a necessi-

dade de crítica do progresso (entendido aqui obviamente como crítica do capitalismo)?

Referências

- ADORNO, T. W. *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada*. Trad. de Luis Eduardo Bicca. Rio de Janeiro: Ática, 1993 [1951].
- ADORNO, T. W. “Progresso”. In. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Trad. de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995a.
- ADORNO, T. W. “Spengler após o declínio”. In. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Trad. de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995 b.
- CORTINA, A. *Aporofobia, a aversão ao pobre: um Desafio Para a Democracia*. Trad. de Daniel Fabre. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- ENZENSBERGER, H. M. *O naufrágio do Titanic: uma comédia*. Trad. de José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1978].
- FOSTER, J. *The Titanic Complex: A Cultural Manifest*. Vancouver: Belcouver Press, 1997.
- LILLA, M. *A mente naufragada: sobre o espírito reacionário*. Trad. de Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2018a [2016].
- LILLA, M. *O progressista de ontem e o de amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias*. Trad. de Berilo Vargas. São Paulo: Cia. das Letras, 2018b [2017].
- ROMANO, R. Pensamento conservador. *Revista de Sociologia e política*, n. 3, 1994.
- ROMANO, R. *Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo*. 2ªed. São Paulo: Unesp, 1997.
- SOCHA, E. Notas sobre o progresso em Adorno (ainda). *ETHIC@ (UFSC)*, v. 20, p. 585-611, 2021. Disponível em [<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/83027/47567>]: acesso em [12/12/2021].
- SPENGLER, O. *A Decadência do Ocidente*. Trad. de Herbert Caro. Rio de Janeiro: Forense, 2014 [1959].

Recibido: 27/09/2021
Aprobado: 13/10/2021
Publicado: 31/12/2021